

Outubro/2013

INFORMATIVO

Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

SINDSIFCE - SS - SINASEFE



sindicato filiado



www.sindsifce.com.br



[sindsifce.sinasefe](https://www.facebook.com/sindsifce.sinasefe)



(85) 3223.6370

Servidores do IFCE seguem na luta pelo retroativo docente

A demora no pagamento do retroativo docente, um dos motivos que levaram à paralisação das atividades no IFCE no último dia 13 de setembro, segue causando preocupação e demonstrando a falta de compromisso da Reitoria com os(as) servidores(as).

Graças à mobilização da categoria e à atuação do SINDSIFCE, um importante passo foi dado na luta pela definição de um prazo para o pagamento do retroativo. Mas ainda há cobranças quanto à data de início dos pagamentos e a questões importantes. Uma delas diz respeito à exigência feita pelo IFCE de que os(as) beneficiários(as) do retroativo firmem termo de desistência de ação judicial.

Em nota enviada à comunidade no último dia 4 de outubro, a Diretoria Colegiada do SINDSIFCE destacou que a exigência feita pela Reitoria fere o princípio da liberdade de acesso ao Poder Judiciário. Conforme orientação de sua assessoria jurídica, o Sindicato ressalta que os(as) servidores(as) que concordem em assinar o termo de desistência da ação devem estar atentos(as) aos valores recebidos, para saber se as diferenças devidas foram ou não contempladas.

"Caso haja discordância entre os valores devidos e os valores pagos – seja por conta da utilização de parâmetros incorretos para realização dos cálculos ou por ausência de correção monetária dos valores –, os(as) docentes poderão ingressar, de imediato, com ação judicial pedindo a nulidade do ato administrativo que impõe a assinatura do termo de renúncia ou desistência da ação judicial. E quanto às dúvidas sobre o parcelamento dos valores pagos, orientamos que os(as) docentes não devem firmar nenhum aceite caso isso seja proposto. Nesse caso, sugerimos que se opte pelo ingresso judicial direto", apontou a nota do SINDSIFCE.



O Sindicato reivindica que cada servidor(a) possa ter acesso aos cálculos.

A espera continua

Entre pedir administrativamente o pagamento do retroativo ou ingressar com ação judicial para receber os valores devidos, os(as) servidores(as) devem estar cientes de que os pagamentos podem demorar anos, como admitiu o representante da Reitoria na última assembleia geral realizada no Campus Fortaleza.

Na ocasião, o pró-reitor de gestão de pessoas, Ivam Holanda, informou que este ano o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) autorizou o pagamento dos precatórios de 2007. Se a mesma demora ocorrer para o retroativo docente, podemos ter servidores(as) esperando por seis anos ou mais, alerta o Sindicato.

O pagamento por via administrativa também não contempla ajustes ou correção monetária dos valores, quanto ao tempo transcorrido entre a data das concessões dos direitos e o pagamento. Por isso o Sindicato cobrou também que a Reitoria garanta a cada servidor(a) o acesso às planilhas de pagamento, para que todos(as) possam conferir o valor que têm a receber. A assessoria Jurídica do SINDSIFCE está à disposição dos(as) servidores(as) para esclarecimentos quanto ao tema.

Consulta para diretor de campus: SINDSIFCE apresenta propostas



O SINDSIFCE apresentou à comunidade acadêmica e encaminhou à Reitoria o ofício 100/2013, com sugestões para um processo democrático de escolha do(a) Diretor(a) Geral de cada um dos 14 campi do interior do Estado que possuem menos de cinco anos de atividades. Defendendo uma grande reivindicação dos(as) servidores(as), o Sindicato vem intensificando a luta por consulta direta à

14 campi com menos de cinco anos de atividade lutam por consulta direta à comunidade, para escolha de Diretor Geral: Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Principais propostas dos(as) servidores(as):

- Que o Reitor se comprometa a indicar para o cargo de Diretor(a) Geral o nome escolhido pela comunidade acadêmica, em cada campus;

comunidade, para a definição dos(as) diretores(as) de campus, hoje escolhidos apenas pela Reitoria, sem participação dos(as) docentes, técnicos(as) e estudantes de cada uma dessas unidades do IFCE no interior.

A entrega das propostas à Reitoria aconteceu depois de forte pressão do SINDSIFCE por consulta direta para diretor de campus, uma das reivindicações que tiveram grande repercussão na imprensa quando da paralisação dos servidores, no último dia 13 de setembro. Depois de recusar pedido de ampliação do prazo para indicação do representante dos servidores na comissão que definirá as regras para a consulta para diretor, a Reitoria acolheu a indicação de um

servidor do campus Iguatu, que pertence a uma seção sindical que não representa nenhum dos 14 campi em que se luta por consulta para diretor(a).

O SINDSIFCE denunciou a situação, em nota pública, e consultou representantes de todos os campi, que enviaram ao Sindicato suas propostas para as regras da consulta. Sintetizando os principais eixos dessas propostas, o Sindicato encaminhou à Reitoria as diretrizes defendidas pelos(as) servidores(as) para o processo de consulta.

- Que haja participação irrestrita da comunidade acadêmica no processo de consulta: docentes, técnicos e estudantes;
- Que possam ser candidatos a Diretor(a) Geral servidores(as) com ao menos um ano de atividades no campus, sem impedimento por estágio probatório
- Que a consulta seja feita por meio de voto secreto.

Situação de insegurança em Umirim ganha repercussão nacional

A situação de insegurança no campus do IFCE de Umirim repercutiu em todo o Ceará e ganhou espaço no boletim nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Lidando há muito tempo com total falta de segurança para docentes, técnicos administrativos e estudantes, a comunidade acadêmica do IFCE Umirim, a 80 km de Fortaleza, viu a situação chegar a um ponto extremo no último dia 10 de setembro, quando o campus da Escola Agrícola foi invadido por internos que cumpriam pena na Cadeia Pública da cidade, situada bem perto do campus.

O alojamento dos estudantes foi invadido. Estudantes tiveram roubados pertences como carteiras, celulares e mochilas, e foram ameaçados pelos internos. Um estudante foi agredido e teve de ser levado a Fortaleza para atendimento médico. O clima de total insegurança levou à paralisação das aulas e, após assembleia convocada pelo SINDSIFCE, os(as) servidores(as) permaneceram em greve por uma semana, cobrando melhorias quanto à segurança e às condições de trabalho no local.

Entre as reivindicações estiveram: a iluminação da estrada de acesso ao campus, a construção de um muro de proteção e de um novo alojamento para os estudantes, além de um poço profundo, destinado a resolver o problema de escassez de água no campus.

A greve foi suspensa no dia 23 de setembro, em nova assembleia, que deliberou a continuidade da mobilização e a cobrança, à Reitoria do IFCE, de prazos para as ações a serem implementadas para garantia da integridade física dos(as) professores(as), técnicos(as) e estudantes. Além



de grande destaque na imprensa, com matérias em jornal impresso, rádio, TV e Internet, o caso foi levado aos secretários estaduais de Justiça, Mariana Lobo, e de Segurança Pública, Servilho Paiva.

Ações tardias, problemas estruturais

A Diretoria Colegiada do SINDSIFCE destacou que as medidas anunciadas pela Reitoria do IFCE quanto aos problemas no campus Umirim, como o aumento do número de vigilantes e a disponibilização de transporte para os(as) estudantes, sob responsabilidade da Prefeitura, só foram tomadas após o novo episódio de violência registrado no local ter ganho visibilidade em todo o Estado, causando forte comoção social e intensa pressão sobre a Reitoria.

Para conferir a matéria completa, acesse a edição nº532 do boletim do SINASEFE: www.sinasefe.org.br

Sindicalistas e técnicos unidos na luta pela jornada de 30 horas semanais

A possibilidade de alteração da carga horária de parte dos técnico-administrativos de alguns Institutos Federais vem causando polêmica e despertando preocupação nos(as) servidores(as) e lideranças sindicais. O campus Natal Central, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), chegou a paralisar suas atividades, no dia 20 de setembro, em caráter de advertência e de manifestação da insatisfação da categoria com a possível ampliação de jornada, de 30 para 40 horas semanais. Essa possibilidade, que veio à tona a partir do

Acórdão 5847, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU), é considerada danosa aos interesses dos(as) servidores(as), que lutam para manter as 30 horas semanais. Outras atividades de mobilização e discussão do tema foram realizadas no Rio Grande do Norte, com a formação de uma comissão com representantes do Colégio de Dirigentes e de sindicalistas para debater com os(as) servidores(as) de cada campus. Nos debates, a categoria se posicionou pela manutenção da flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs, de 30

horas. Essa defesa é a mesma feita pelo SINDSIFCE, que já tratou do tema anteriormente com a Reitoria, obtendo concordância quanto à manutenção do regime de 30 horas para os técnico-administrativos. Vale destacar que, conforme análise jurídica já publicada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), cada Instituto tem autonomia para regulamentar internamente essa questão. Continuaremos atentos ao tema e firmes na defesa das 30 horas.

Barrar o leilão do petróleo e investir 10% do PIB em educação



Após privatização de portos, aeroportos e rodovias, as rodadas de leilão do petróleo, organizadas pelo governo federal, têm colocado o Brasil em um dos períodos de maior entrega de suas riquezas. Para o dia 21 de outubro, está marcado o leilão do Campo da Bacia de Libra que, com no mínimo 14 bilhões de barris previstos, é a maior reserva de petróleo já confirmada no país.

Na tentativa de acalmar os ânimos dos(as) milhões de brasileiros(as) que foram às ruas em junho para reivindicar, entre outras questões, mais investimentos para saúde e educação, a presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que destina 75% dos royalties e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. O texto determina ainda que 25% dos royalties devem ser usados em saúde.

Contudo, a juventude e os(as) trabalhadores(as) em luta por uma educação pública e de qualidade não podem ter dúvidas sobre o quanto essa promessa é representativa de um grande ataque. De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2013 os recursos dos royalties serão equivalentes a somente 0,02% do PIB, e em 2022 devem alcançar

0,6%. Ou seja, números bastante distantes da reivindicação de "10% do PIB para a educação pública, já!" feita pelos movimentos sociais.

Segundo José Batista, coordenador da CSP Conlutas (Central Sindical e Popular), à qual o SINDSIFCE é filiado, os royalties não resolvem o problema da educação pública brasileira: "A educação nunca foi uma prioridade no Brasil. O governo federal destina quase metade do orçamento ao pagamento da dívida pública, enquanto investe somente 5% do PIB em educação. Estamos longe do investimento necessário para um ensino público de qualidade".

Ao longo dos 60 anos de existência, a Petrobras produziu algo em torno de 15 bilhões de barris de petróleo. A área de Libra, em 10 anos, será o maior campo produtor de petróleo do Brasil. O valor de sua produção está estimado em aproximadamente 1,5 trilhão de dólares. Contudo, o governo federal pretende leiloar por R\$ 15 bilhões.

Em todo o País, diversas entidades preparam um calendário de mobilizações. "Precisamos barrar esse leilão, pois só o que pode garantir uma efetiva soberania e reais investimentos não só na educação, mas também na saúde, moradia, transporte, é que tenhamos uma Petrobras 100% estatal e total controle nacional do petróleo", afirma José Batista.

O SINDSIFCE está na luta por 10% do PIB para a educação pública e contra os leilões do petróleo brasileiro.

O encontro das mulheres que estão construindo uma nova história

Mulheres jovens, operárias, trabalhadoras, servidoras, donas de casa: juntas, foram mais de duas mil. O Primeiro Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de outubro em Minas Gerais. Foi um espaço de trocas de experiências, debates e elaboração de resoluções aprovadas durante a plenária final. Com 2.300 participantes, o evento entrou para a história como o maior encontro classista de mulheres realizado nos últimos 20 anos no Brasil. Além disso, confirmou a importância de um espaço para organização das mulheres que, ao lado dos homens, devem lutar contra o machismo e a exploração. O MML, filiado à CSP Conlutas (Central Sindical e Popular), figura como essa alternativa. Leia mais em: www.mulheresemluta.blogspot.com



EXPEDIENTE: Esta publicação é de responsabilidade do SINDSIFCE. **Endereço:** Rua Aratuba, Nº 01-A, Benfica - Fortaleza-CE - CEP: 60040-540. **Telefone:** (0**85) 3223.6370 e **Fone/fax:** (0**85) 3281.0209 | **Fotografia e Ilustração:** Arquivo SINDSIFCE | **Produção e diagramação:** Setor de Comunicação: Camila Chaves e Dalwton Moura | **Jornalista responsável:** Dalwton Moura - MTb CE 01339 JP | **Projeto gráfico:** Camila Chaves | **DIRETORIA COLEGIADA** | **Coordenador Geral de Formação Política e Relações Sindicais:** Venício Soares | **Secretário de Política Sindical:** David Moreno | **Secretário de Política de Pessoal:** Diego Gadelha | **Secretário de Organização dos Campi:** Thiago Oliveira | **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Raimundo Nonato Araújo | **Secretário de Finanças:** Moacir Caldas | **Secretário de Assuntos Jurídicos:** George Harrison Bastos | **Coordenador Geral de Comunicação:** Paulo Hyder (licenciado) | **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Guttenberg Ferreira | **Secretária de Assuntos Educacionais, Culturais e Desportivos:** Fabiana dos Santos Lima | **Suplentes:** José Willian e Geraldo Venceslau. | **Secretárias:** Marcela Evangelista e Vera Lopes. | **Assessoria Jurídica:** Escritório Gomes & Uchôa.